

Assunto: Esclarecimento e Direito ao Contraditório sobre a Farminveste SGPS

Caros colegas,

Entendi prestar alguns esclarecimentos na sequência da recente notícia publicada no semanário Expresso, a qual refere que levei a Farminveste SGPS a tribunal para exigir a distribuição de dividendos.

Faço-o no exercício do direito ao contraditório relativamente à atuação dos Órgãos Sociais da ANF, designadamente da Direção e da Mesa da Assembleia Geral, cuja conduta me levou a recorrer à via judicial.

Em primeiro lugar, **quero esclarecer que foi o jornalista do Expresso que entrou em contacto comigo**, pois, segundo me referiu, acompanha o site do Ministério da Justiça, onde constava a entrada da minha ação contra a Farminveste SGPS.

Gostaria igualmente de referir que não mudei de posição:

Sempre defendi que as mais-valias da área empresarial deveriam ser revertidas a favor das farmácias, pois foram elas que disponibilizaram os recursos financeiros que permitiram investir nas empresas que hoje fazem parte dos ativos da Farminveste SGPS.

Assim, aproveito para lembrar e informar que, durante a minha Direção, **foi decidido e aprovado numa Assembleia Geral, que contou com uma participação de 1.200 associados, a transferência gratuita de ações da Farminveste SGPS** para a propriedade dos associados segundo um critério transparente e proporcional aos montantes das quotas suportadas.

E assim se transferiram gratuitamente para as farmácias 15% das ações.

Relembro que a Farminveste SGPS tem hoje cerca de 3.000 acionistas, resultantes do cumprimento dessa deliberação.

Com a intervenção da Troika, por precaução, suspendeu-se temporariamente essa transferência.

O princípio de transferência de ativos, designadamente ações para as farmácias, aprovado na referida Assembleia Geral nunca foi alterado.

Todos sabemos o que sucedeu com as Direções da ANF lideradas pelo Dr. Paulo Cleto Duarte.

Em situação de rutura financeira, e perante o risco de falência, foi novamente solicitado o apoio das Farmácias através de várias emissões de obrigações que permitiam, no seu termo, a troca por ações e, dessa forma, reforçar os capitais da Farminveste SGPS.

Com a demissão da Direção, em 2021, realizaram-se eleições às quais concorreram duas listas.

Fiz parte da lista vencedora — Novo Rumo — na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com um programa eleitoral de rutura com as práticas anteriores.

É importante, neste momento, recordar que **esse programa eleitoral tinha como estratégia essencial a separação entre a área associativa e a área empresarial**, como forma de garantir que situações futuras de rutura financeira não voltassem a acontecer.

Foi já na qualidade de Presidente da Mesa do Conselho Nacional da ANF que propus ao Conselho Nacional a seleção de um especialista da área financeira para identificar possíveis soluções para garantir, por um lado, a manutenção dos ativos no sector e, por outro, ultrapassar a gravíssima situação financeira.

A proposta foi aprovada e o trabalho realizado foi apresentado e analisado em Conselho Nacional que decidiu dar continuidade ao desenvolvimento desse estudo, e aprofundar as suas conclusões com vista à sua implementação.

O que se seguiu é conhecido.

A Direção da ANF ignorou o estudo e, cerca de um ano depois, convocou uma Assembleia Geral onde apresentou a sua proposta alternativa.

Efetivamente, realizou-se em 28 de setembro de 2024 uma Assembleia Geral da ANF na qual **a Direção defendeu a alienação de múltiplos ativos da Farminveste SGPS considerados "não estratégicos"**.

Concretamente, propôs a **venda da Alloga Logifarma, de 5% da CUF, 25% da Glinnt, bem como do edifício do Porto pertencente ao Imofarma, entre outros.**

Segundo a Direção, esta era a forma de defender os interesses das farmácias.

Surpreendentemente, estiveram presentes ou representados mais de 600 associados que, perante as críticas unânimes, obrigaram a Direção a retirar a sua proposta de alienação de ativos, evitando assim o seu chumbo pela Assembleia.

Recordo ainda que foi apresentada nessa Assembleia Geral uma proposta, subscrita por vários colegas, visando a criação de um Grupo de Trabalho para estudar as soluções alternativas.

Proposta essa que a Mesa meteu na gaveta, recusando que a Assembleia a analisasse, discutisse e votasse.

Não chega proclamar que os assuntos associativos devem ser discutidos internamente!

Há que criar as condições para que tal seja possível.

Falando em "responsabilidade e transparência", "defesa da Farmácia" e "estratégia aprovada pelo Conselho Nacional", pergunto:

Quem aprovou a alienação da Alloga Logifarma e da José de Mello Residências e Serviços, após a rejeição pela Assembleia Geral de 28 de setembro de 2024?

Em que órgão foi aprovado?

Seria importante que a Direção esclarecesse este assunto.

Insisto: concordo em absoluto, e sempre defendi, que os assuntos associativos devem ser debatidos e decididos dentro da ANF.

Dentro deste princípio, **apresentei nos últimos dois anos um conjunto de propostas em vários Conselhos Nacionais, cujos documentos apresento como anexos a esta comunicação.**

A Direção e a Mesa do Conselho Nacional impediram sempre o agendamento, a análise e a votação dessas propostas.

A redução de quotas suportadas pelas farmácias, bem como a situação económica do sector são prioridades indiscutíveis.

Apesar dos compromissos eleitorais do Programa "Novo Rumo", **o Conselho de Administração da Farminveste SGPS é constituído pela Presidente e Vice-Presidente da ANF e mais três quadros superiores da ANF, dependentes hierarquicamente da Direção.**

Para além disto, o representante do Conselho Nacional tem sido mandatado pela Direção que, desta forma, define o sentido de voto.

Ora, segundo os estatutos, cabe ao Conselho Nacional definir o sentido de voto dos pontos constantes da agenda da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral da Farminveste SGPS.

A realidade é que estes assuntos nem sequer são agendados para o Conselho Nacional.

Repito: concordo em absoluto que os assuntos associativos devem ser discutidos dentro dos órgãos associativos.

Porém, a Direção tem impedido permanentemente essa discussão.

O recurso à via judicial foi a única alternativa possível para discutir assuntos importantes para o presente e para o futuro das farmácias que a Direção e a Mesa da Assembleia não têm permitido discutir no seio dos órgãos associativos.

O órgão de comunicação institucional — o ANF online — sempre ignorou as reuniões da Farminveste SGPS, exceto quando se pretende dinheiro das farmácias.

Na última Assembleia Geral da Farminveste, considerando os resultados apresentados no Relatório e Contas de 2025, apresentei uma proposta no sentido da distribuição de 1,5€ por ação.

Para além de permitir, pela primeira vez, a distribuição de dividendos aos acionistas, esta minha proposta possibilitava uma receita extraordinária para a ANF superior a 26M€.

Por que razão não aceita a Direção a distribuição de dividendos?

As contas da ANF de 2025 evidenciam que a ANF não tem qualquer dívida.

Pelo contrário, tem 6,5M€ em depósito a prazo.

As contas evidenciam também que uma quota variável de 0,5% e os dividendos quer da Farminveste SGPS, quer das empresas detidas a 100% pela ANF, permitiria assegurar receita suficiente para garantir os recursos financeiros à normal atividade associativa.

Caso fosse aprovada a distribuição de dividendos, a ANF teria um resultado extraordinário de 26M€, permitindo a redução imediata da quota variável para 0,5%.

A distribuição de dividendos não visa satisfazer interesses individuais, mas sim satisfazer os legítimos interesses de todos os acionistas e proprietários de farmácias.

Assumo todas as responsabilidades da minha vida associativa, nomeadamente o recurso aos tribunais, quando constato práticas evidentes de ilegalidade.

A ANF e a Farminveste SGPS foram construídas com muito esforço e a dedicação das farmácias.

Ninguém pode apropriar-se desse património cujo destino apenas pode ser decidido democraticamente pelas farmácias.

Estou certo de que todos confiamos na justiça, mesmo sabendo da sua lentidão.

Agradeço que meditem nas minhas palavras, aproveitando para desejar umas boas férias para todos.

Com os meus cumprimentos,

João Cordeiro